

# NOTÍCIAS DO MUNDO

## Uruguai justifica política de redução do tabagismo e é confrontado pela Philip Morris

Uma reportagem no jornal argentino El Clarín sobre o processo movido pela Philip Morris contra o Uruguai no tribunal do Banco Mundial, desde que o governo endureceu as leis para evitar a propagação do tabagismo no país, motivou a tabaqueira a esclarecer a sua posição através de um comunicado.

Na matéria, o governo do Uruguai defendeu sua política para reduzir o tabagismo. O Uruguai alegou que leis determinando maços padronizados e a colocação de advertências sanitárias provaram ser eficazes na redução do número de fumantes, como parte de uma política global de controle do tabaco que começou a desenvolver há 9 anos.

A partir de 2005, o Uruguai registrou avanços com sua ação contra a epidemia do tabaco, que continuou durante a presidência de José Mujica.

Em 2005, 32% dos jovens com idade entre 12 a 17 fumavam. Em 2011, apenas 13% dos jovens permanecem. No que diz respeito aos fumantes adultos, passou de 40% antes de 2005 para 23% em 2013.

O número de mulheres fumantes também caiu, os bebês têm mais de 136 gramas de peso ao nascer sobre a média de internações e também reduziu significativamente ataques cardíacos atribuíveis ao consumo de tabaco.

Na matéria o Uruguai também lembrou que foi o primeiro país no mundo a extinguir variações das marcas de cigarros e proibir o uso de informações enganosas como "light", "ultralight", "suave" e "baixos teores".

Na réplica, a Philip Morris divulgou um comunicado em que justifica o processo devido invocando um acordo comercial entre Uruguai e Suíça assinado em 1991.

"O processo contra o Uruguai se baseou em restrições arbitrárias e injustificadas que impedem um negócio legal de usar sua marca registrada para vender seus produtos. Regulamentos como os adotados pelo Uruguai em 2009, o que nos limita a usar uma única variedade para cada marca de cigarros e nos obrigam a cobrir 80% das advertências de saúde violam as garantias internacionais do Tratado de Investimento Bilateral entre Uruguai e Suíça, que protege os investimentos e proíbe a destruição de propriedade, sem compensação justa".

[\(CONTINUA\)](#)

